

Exmo. Sr. Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal

Brasília, 9 de março de 2022

Senhor Presidente,

O Brasil vive hoje o momento mais grave na agenda socioambiental desde a redemocratização. O desmatamento na Amazônia saiu do controle, a violência contra os indígenas e outros povos tradicionais explodiu e as proteções sociais e ambientais construídas nos últimos 40 anos, mas em especial após a Constituição de 1988, vêm sendo solapadas. Nossa credibilidade internacional encontra-se arrasada, e a saúde e a segurança dos cidadãos brasileiros corre risco. Mais grave ainda, o país exporta esse risco para o mundo inteiro, devido ao agravamento do efeito estufa provocado pelas emissões decorrentes do desmatamento.

Um conjunto de projetos de lei em análise no Congresso Nacional, o “Pacote da Destruição”, pode perenizar este quadro de retrocessos socioambientais. Se aprovados, os PLs 2.633/510 (que anistiam a grilagem de terras), 2.159 (que virtualmente extingue o licenciamento ambiental), 6.299 (que reduz o controle sobre agrotóxicos), 490 (que estabelece o marco temporal para terras indígenas) e 191 (que libera garimpo e outras atividades nos territórios indígenas), entre outros, imporão prejuízos irreversíveis para o país e o planeta, dificultando o controle do desmatamento, ampliando as violações aos direitos humanos e consolidando a reputação do Brasil como inimigo do clima. Isso é inaceitável.

Os projetos de lei que afetam negativamente o ambiente, o clima e os direitos humanos não devem ser aprovados. Os parlamentares, e em especial Vossa Excelência, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, devem garantir que nenhuma proposta seja colocada em votação até que esteja alinhada com o que diz a ciência, observando as demandas e necessidades das populações tradicionais e do campo e à luz da emergência climática que vivemos.

Respeitosamente,

Caetano Veloso

Em nome das dezenas de artistas e das mais de 230 organizações da sociedade civil que apoiam e convocam o Ato pela Terra.